

UMA BEATA E UM SOVINA NO TRONO DO CRUZEIRO DO SUL: PERSPECTIVAS SOBRE O TERCEIRO REINADO NAS PÁGINAS DE UM JORNAL SERGIPANO

RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ¹

À espera da Coroa do Cruzeiro do Sul

Após ter assumido a Regência do Império por três vezes, corriam em diversos setores nacionais – e aí incluímos incisivamente a imprensa da época –, discursos prós e contras à ascensão da Princesa Imperial D. Isabel como Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil. Contudo, esse debate não era recente: desde 1881, com o agravamento da moléstia de D. Pedro II, aumentaram os debates acerca da sucessão imperial e da própria continuidade da monarquia brasileira. Como forma de tornar-se conhecida pelos brasileiros, a Princesa Imperial e o esposo empreenderam inúmeras viagens pelo território brasileiro. D. Isabel havia sido preparada desde pequena para substituir D. Pedro II, e tinha plena preocupação com a sua imagem (DAIBERT JR., 2004).

O período que vai da primeira Regência da Princesa em 1871 até a década de 1880 marca a ascensão do movimento republicano e do abolicionismo. Embora o republicanismo jamais tivesse conseguido uma popularidade entre as pequenas camadas urbanas e rurais, já que era uma proposta vazia de questões sociais ou mesmo da abolição (BASBAUM, 1986), serviu para criar um ambiente de desestabilização da estrutura monárquica já instável. O outro, o abolicionismo, crescera principalmente depois do conjunto de leis – Eusébio de Queirós, Rio Branco e Saraiva-Cotegipe –, que não resolviam de imediato a questão do elemento servil.

A partir de 1881, ficou iminente a possibilidade do falecimento do Imperador, e a conseqüente ascensão de D. Isabel ao trono (BARMAN, 2005). Como forma de tornar-se conhecida pelos brasileiros, a Princesa Imperial e o esposo empreenderam inúmeras viagens pelo território brasileiro. D. Isabel havia sido preparada desde pequena para substituir D. Pedro II, e tinha plena preocupação com a sua imagem. E durante essas viagens, através de cartas e diários, ela construiu o seu perfil de futura governanta.

As diversas aparições públicas faziam com que a população se familiarizasse com a imagem da futura Imperatriz do Brasil. (DAIBERT JR., 2004). E mesmo que ela e o marido não fossem dotados de uma popularidade tão grande quanto o Imperador, isso não fazia com que as visitas não fossem um motivo de festa e curiosidade para a população. Discutir sobre a atuação da Princesa D. Isabel (1846-1921) é um assunto que tem merecido grande destaque a partir do final da década passada. Muito em nossa historiografia tem se questionado do papel

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco. Professor da Rede Estadual de Ensino da Bahia. E-mail: rafael.oliveira.cruz@gmail.com

da Princesa Imperial do Brasil, acerca da participação política no processo de extinção da escravidão.

É um tema que requer algumas atenções e que remetem à necessidade de observar do ponto de vista teórico da Nova História Política, que a partir de suas influências recebidas da antropologia, sociologia e outras correntes das Ciências Humanas, ultrapassou as fronteiras de uma narrativa que buscava apenas declarar o feitos de reis e heróis, mas que buscou analisar as estruturas e transformações do cenário político, e que no dizer de Ferreira (1992:269), busca a “diversidade dentro dos fundamentos dos poderes econômico, religioso e cultural. Levando em conta as instituições, os homens, as idéias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário.” Que não seja apenas uma narrativa das estruturas, mas da relação entre a estrutura, as instituições e o modo de pensar.

A Nova História Política busca estudar essas novas maneiras de interpretação da realidade. Diferente da praticada no século XIX e princípios do século XX que buscava apenas analisar a figura de “grandes personagens” – os heróis –, que poderiam ter se destacado durante o processo e mostrados como únicos protagonistas. Para uma nova concepção da História Política, seria necessário um estudo da relação do Estado e suas instituições com a sociedade. Uma história que vá além de grandes nomes e personagens. (OLIVEIRA, 2007).

Desde 1884, quando o abolicionismo tomou um vigor maior, a Lei do Ventre Livre mostrou-se ineficaz. O movimento abolicionista reorganiza-se a via na figura de D. Isabel e do Conde d’Eu aliados naturais para a causa. (BARMAN, 2005). De fato, o único membro da Família Imperial que havia decididamente mostrado como abolicionista tinha sido o Príncipe Consorte, desde que assinou o decreto pondo fim a escravidão no Paraguai. (ESTRADA, 2005). Nesse primeiro momento, para outros como o Barão de Cotegipe, a herdeira do trono não deveria envolver-se com essa questão. (BARMAN, 2005).

Ainda em 1884, as Províncias do Amazonas e do Ceará já haviam libertado os seus cativos. Em junho do mesmo ano, assume o gabinete Dantas, com a proposta de libertar os escravos sexagenários. (ESTRADA, 2005). Segundo Andrade (1988), Dantas já havia sugerido a proposta de libertação de todos os escravos até 31 de dezembro de 1889, dando tempo para que os proprietários organizassem suas lavouras até a extinção completa do elemento servil. De acordo com Afonso Celso (1998), a proposta buscava ampliar o fundo de emancipação – que havia fracassado após a Lei do Ventre Livre.

Para Carvalho (2007), o abolicionismo era irreversível, e transformou-se no primeiro grande movimento nacional de opinião pública. As fugas de escravos eram estimuladas e o crescimento do número de quilombos era espantoso. Nesse contexto subversivo que a Princesa irá se aproximar da causa abolicionista. De acordo com Daibert Jr. (2004), a construção da imagem de D. Isabel enquanto governante abolicionista poderia angariar bons

frutos à futura Imperatriz do Brasil. Entretanto, a mesma se relacionou com segmentos abolicionistas moderados como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, que desejavam um movimento pacífico, dentro da legalidade e que não ocasionasse uma mudança brusca no sistema.

Para Barman (2005), o abolicionismo despertou na Princesa um gosto enorme pelos negócios públicos e pela arte de governar. Envolvendo-se diretamente no que é chamado de “batalha de flores”, que era uma forma de angariar fundos para a emancipação de cativos. Segundo Daibert Jr. (2004), a referida batalha aproximava a Regente dos abolicionistas. De acordo com Silva (2003), D. Isabel participou ativamente ajudando os refugiados no quilombo que ficava às margens da praia do Leblon, no Rio de Janeiro. Chegou a interceder perante o Imperador para que a polícia não invadisse a comunidade.

Ronaldo de Jesus (2009) afirma que durante o período monárquico, a imagem e a auto-imagem da Família Imperial sofreram oscilações, variando nas aproximações entre as elites políticas e as camadas populares. Segundo Carvalho (2000), a monarquia caiu no auge de sua popularidade entre as camadas populares, mas que essas não possuíam nenhum tipo de participação efetiva nas questões políticas durante a transição de regime. Para Daibert Jr. (2004), a popularidade da Princesa durante o período que segue o 13 de maio de 1888 é notória entre as camadas populares, e, portanto a idéia do Terceiro Reinado precisava ser feita antes que ele fosse concretizado com a ascensão da futura Imperatriz.

Segundo Mello (2007), a propaganda republicana tomou fôlego a partir de 1889, principalmente com os escritos na imprensa nacional – e amplamente divulgados em periódicos regionais, de Silva Jardim e Rui Barbosa contra a Princesa. Silva Jardim, o mais revolucionário dos republicanos que chegou a propor a execução do Conde d’Eu, tentando dar um aspecto revolucionário e glorioso para a implantação da República brasileira, apresentava a Regente além de festeira, como carola, melômana, incompetente e tutelada pelo marido francês.

Os novos estudos historiográficos mostram que assim que assumiu a Terceira Regência, intelectuais e políticos brasileiros como André Rebouças, Joaquim Nabuco, João Alfredo Correa de Oliveira iniciaram uma proposta para concretizar efetivamente o Terceiro Reinado², ao mesmo tempo em que a participação da Princesa dentro do processo abolicionista e sua aproximação de setores moderados do movimento caracterizaram a sua efetiva participação no cenário político nacional. Era um movimento denominado de *isabelismo* e que buscava garantir a continuidade monárquica na pessoa de D. Isabel (MESQUITA, 2009).

² André Rebouças e Joaquim Nabuco pensavam no reinado de D. Isabel I como uma possibilidade de efetivar a idéia de uma “monarquia democrática popular”. A confabulação para concretizar essa possibilidade teria acontecido ainda durante o gabinete de João Alfredo Correa de Oliveira que chegou a redigir a abdicação de D. Pedro II, no momento em que a Princesa gozava de uma ampla popularidade em diversos setores da sociedade. A idéia declinou depois que o Imperador se recusou a assinar a renúncia ao trono.

Apesar do apoio partindo de alguns intelectuais, a política ostensiva contra a Princesa e o Príncipe Consorte seguiu forte em diversos segmentos da imprensa do sul do país. Era preciso descaracterizar D. Isabel de qualquer senso político, e acima de tudo, torná-la insustentável em um período que predominavam as idéias científicas e o discurso religioso perdia cada vez mais espaço. Silva Jardim (1976), em uma conferência publicada no centenário da Revolução Francesa (junho de 1889), lançou entre outros argumentos que o Terceiro Reinado era insustentável, pois se tornaria o reinado com a predominância do escapulário de D. Isabel e do chanfallo – uma espécie de espada velha – do conde d’Eu.

Nesse jogo político, as representações nos jornais provinciais não fugiriam do jogo das representações sobre a figura da Princesa Imperial nos anos que antecederam. O fervor religioso da Princesa, alvo de inúmeras críticas durante os anos finais da monarquia abre um precedente importante dentro da história política, já que para Aline Coutrot (2010), as forças religiosas devem ser pensadas como parte de uma explicação política em diversos segmentos. Portanto, ao nos debruçarmos sobre a diversidade de discursos acerca do perfil da futura soberana do Brasil, nos questionamos acerca de como os diversos setores da imprensa sergipana se posicionou sobre a eventual sucessão dinástica e de que forma isso contribuiu para a condução dos destinos políticos do Brasil.

Dessa forma, partimos para a observação na província de Sergipe, buscando primordialmente nessa relação entre interior e Corte como atentavam ao desenrolar do jogo político e de que maneira estavam posicionados nos meandros do poder, visto que as regiões mais afastadas não eram meros imitadores do centro político do país, mas que o centro recebia as diversas influências das elites regionais, as quais passaram a contribuir enfaticamente no desenrolar do jogo político nacional (GOUVÊA, 2008). Assim, buscamos para esse trabalho solucionar indagações de como um periódico sergipano encarou a possibilidade da Princesa vir a ser coroada como D. Isabel I e quais os discursos eram apresentados em ambas as imprensas favoráveis ou contra a eventual aclamação da Imperatriz e como se caracterizavam tais falas. Entender tal processo possibilitará demonstrar de que forma as províncias afastadas geograficamente do centro político nacional dialogavam acerca do regime político brasileiro.

Usamo-nos da idéia de Michel Winock (2010), ao visualizar os redatores desses periódicos como “pensadores secundários”, seguindo uma ótica de que forma esses jornalistas discutiam a partir de suas províncias, as transformações políticas da Corte. O principal veículo de divulgação das críticas políticas e sociais foi a imprensa, que para Becker (2010), em um país em que a imprensa não sofre restrições, ela pode se caracterizar como uma porta-voz das aspirações públicas. O que não podemos negar indubitavelmente é a liberdade que imprensa brasileira gozava durante os cinquenta anos de reinado de D. Pedro II (CARVALHO, 2007).

Mesquita (2009), citando Christophe Charle, mostra que a imprensa era o principal veículo de informação em massa do século XIX, mas que ela também passa por desafios como se colocar

como um mediador dos costumes, da influência política e social e a difusão de modas e saberes. Era a imprensa que fazia circular as notícias sobre a elite quanto os elementos populares. Tornou-se um veículo importante na divulgação do conhecimento mesmo o Brasil tendo uma absoluta maioria de analfabetos em seu contingente populacional (MOREL; BARROS, 2003).

A questão da opinião pública era de fundamental importância no desenrolar do jogo político. Becker (2010) diz que o governante se interessa pelo espírito público, apesar de se observar que os jornais não são os únicos mecanismos de demonstração dessa opinião pública, já que eles geralmente demonstram a voz de um determinado grupo político, econômico ou social. Daí a importância de se fazer uma análise apurada acerca das premissas emitidas nos periódicos. Tânia de Luca (2010) mostra que a renovação no estudo da História política não dispensou a imprensa, já que ela normalmente registra os embates na conquista do poder.

Jeanneney (2010) argumenta que um dos motivos do atraso da pesquisa com periódicos é o cuidado necessário, já que normalmente os pareceres emitidos pela mídia são normalmente uma representação que ela faz de si mesma, apreciando os efeitos dessa idéia, independente de acreditar que a mensagem é verdadeira ou falsa. Daí o nosso cuidado em balizar as informações coletadas, mesmo que Viotti da Costa (2010) tenha afirmado da dificuldade do historiador em criticar os testemunhos.

O periódico em questão, “São Francisco”, era editado na cidade de Propriá, antiga Urubu de Cima, e que ficava às margens do rio São Francisco. Era editado por Manoel Alves Machado, que além da referida tipografia, era diretor do Colégio São Francisco, na mesma cidade. Em sua folha, que era publicada semanalmente às quintas-feiras, se dizia precursor do republicanismo naquela cidade com Davino Numizio de Aquino. Os artigos sobre a monarquia brasileira foram divididos nas edições de 1º e de 8 de agosto de 1889, e neles traçam um painel intitulado “Os monarcas têm feito mal ao país”, em que abordam desde 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil, até os herdeiros de D. Pedro II. Para esse trabalho, nos debruçamos sobre a análise traçada na figura da Princesa Imperial e de seu Consorte.

“Já o fato de ser mulher, lhe dificulta muito os negócios”

Iniciemos esse tópico com as considerações que o autor faz sobre a figura de D. Isabel:

Todos concordam que esta senhora não tem jeito para governar. Já o fato de ser mulher lhe dificulta muito os negócios. Não tem instrução nenhuma, gosta muito de festas e é muito beata. Não é religiosa, porque a pessoa religiosa é sisuda, e a princesa festava até quando o pai estava muito mal: é somente carola. Ninguém a quer para Imperatriz, a não ser um outro interesseiro, e isso mesmo por pouco tempo. Não há quem não veja que essa senhora é uma senhora assim não pode dirigir um país como este, muito grande e atrapalhado com dificuldades de toda espécie. Se D. Isabel fosse Imperatriz, quem havia de governar seria o seu marido. Mas isso seria uma desgraça.

Logo de início a justificativa para a rejeição da figura da Imperatriz está longe da comparação entre o regime republicano e o monárquico, mas sim, na questão do gênero da então herdeira do trono do Brasil. A presença feminina era algo estranho nos meandros do poder. Michelle Perrot (1992) afirma que o termo “Poder” dentro da esfera política possui uma predominância estritamente masculina. Quando essa palavra passa a ser pronunciada no plural, equivalendo a “influências”, as mulheres terão a sua devida participação, isso principalmente, no Ocidente Cristão. Elas estão inseridas dentro do poder privado, no familiar e até mesmo, dentro das relações sociais. São pertencentes ao imaginário masculino. Entretanto, em algumas ocasiões – raras, é verdade –, a mulher deixou os bastidores da política e assumiu um papel central e incisivo.

Pelo período em que foi herdeira do Trono Imperial, e por três vezes, Regente do Império, D. Isabel exerceu duas funções que poderíamos descrever como masculinas e femininas. As femininas seriam aquelas tidas como “naturais” às mulheres do século XIX: era filha, esposa e mãe. Dentro da esfera masculina, a Princesa lidou com as funções de Estado, o exercício do poder político, longe de ser atribuída uma mera influência, mas como protagonista do papel. Consideradas cidadãs passivas (CARVALHO, 2010), as mulheres estavam excluídas do cenário político nacional, já que não possuíam direito de voto e de representatividade.

Ainda que em meados do século XIX vão existir uma série de transformações, como o incremento da vida urbana, que oferece novos espaços de convivência e sociabilidades. Nesse meio, surge a figura da mulher burguesa e uma valorização dos espaços de intimidade e maternidade. Era um novo mundo com aspectos burgueses que marcam a formação de um novo aspecto social no Brasil (D’INCAO, 2008). Entretanto, no que tange aos aspectos políticos, a mulher ainda permaneceu afastada. Como afirma Costa (2010), as mulheres brasileiras não tinham um amplo acesso à educação, e dessa forma, não dispunham de meios para a sua emancipação como as oportunidades de trabalho, e nos direitos ao sufrágio e à cidadania.

O Brasil, sendo uma monarquia, trouxe à América um dispositivo distinto: a hereditariedade de poder. No caso da Princesa, como herdeira e sucessora legítima de D Pedro II, estava inserida “acidentalmente” neste processo.

Através dos séculos, muitas mulheres exerceram o poder político através de suas conexões com homens politicamente importantes. Nascer ou casar-se em uma família real é comprovadamente um dos meios mais antigos pelos quais algumas mulheres atingiram o poder, pois que em várias sociedades era permitido às mulheres tanto quanto aos homens o exercício do governo. Monarcas do sexo feminino nunca foram uma novidade na Europa ou no antigo Oriente próximo. O caso único da existência de um império no Brasil possibilitou a existência de mulheres governantes na forma tradicional européia, diferentemente do resto da América Latina. (HAHNER, 1978:75).

Apesar desta especificidade, a mulher não deixaria de ser um elemento estranho em nossa política monárquica. Não importamos o costume franco-alemão da lei sálica, mas para José de Alencar (1867), isso não passou de um ajuste feito pela tradição ibérica para que a coroa não recaísse em mãos de um parente afastado e estranho.

Barman (2005) diz que essa tradição era uma continuidade do que já existia em Portugal, mas assegura que apesar de D. Isabel pertencer à minoria privilegiada do Império, é importante enfatizar as relações de seu gênero e sua classe ao processo de compreensão do Brasil. Silva Jardim, reconhecido líder republicano se usa do fato para desmerecer a figura de D. Isabel, dizendo que a mesma havia transformado o palácio em um quilombo. Chamava a Princesa de festeira, tocando principalmente no papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade. E é nos discursos desse personagem que nos detemos no presente trabalho. Antônio da Silva Jardim (1860-1891) era um fervoroso admirador das idéias positivistas de Augusto Comte. Considerava que a república deveria vir através de um processo revolucionário, o que o indispôs com inúmeros líderes republicanos por o considerarem demasiadamente radical. (FARIA, 2008). Um de seus lemas era: “abdicação, ou deposição; exílio ou execução”. (JARDIM, 1978:85).

Em um dos discursos, proferido na cidade de Santos em fevereiro de 1888, Silva Jardim faz um traçado sobre a dinastia brasileira e quando começa a tratar da Princesa Isabel, que, antes de qualquer coisa, o primeiro problema dela é o gênero.

É-lhe o primeiro e original obstáculo o seu sexo. Meus senhores, no conjunto de sua sábia legislação, a Nação francesa tinha incluído a lei sálica, que impedia à mulher de subir aos degraus do trono. Bem avisada andou; pois a natureza, e depois a sociedade, por uma larga experiência sempre justificada, demarcaram a cada sexo as suas funções na economia humana: - próprias as de conselho e amor à Mulher, as de comando e feitos ao varão. Desde que a Mulher sai fora de seu papel – se há dito – deslustra o seu sexo, e consegue apenas tornar-se um mau homem... Brilhantes exceções aponta-nos a História; mas quem não vê que entre essas não pôde alinhar-se a nossa infantil princesa? (Op. Cit., 1978:58-59).

Jardim segue dizendo que D. Isabel jamais poderia ser comparada à heróica Joana d’Arc ou mesmo à Catarina da Rússia, que começou o reinado com mãos de ferro e mandando matar o esposo. O republicanismo de Jardim afasta qualquer possibilidade de aceitar uma mulher como dirigente máxima do Brasil. Segundo Barman (2005), o republicanismo brasileiro era inspirado no republicanismo francês, que se opunha a qualquer tipo de participação feminina nos negócios públicos. Para eles, as mulheres seriam fiéis aliadas da Igreja e da Monarquia.

Decerto que o discurso contra a presença feminina não era exclusivamente republicano, na década de 1860 quando se discutia no Senado, a possibilidade da Princesa Imperial participar do Conselho de Estado, o senador Silveira da Mota argumentava que em todo o “mundo civilizado [o sexo feminino] é excluído dos cargos públicos” (*apud* RODRIGUES,1976:111).

José de Alencar (1867) afirmava que a mulher apesar de em nossa legislação ser permitido o posto máximo de Imperatriz, ela não tinha o direito de participar de atos majestáticos que eram próprios à virilidade, como o alto comando das tropas do Exército e da Marinha. É o que ele chama de impossibilidade de inversão dos sexos. Segue enfatizando que a Imperatriz pode ser a primeira pessoa da Nação, mas em casa, o marido é o seu senhor. Posteriormente, Alencar argumenta que a mulher sim pode estar bem preparada para as funções de Estado, mas a sua natureza o impede de participar de tais assuntos

Uma senhora, por mais prepara que esteja para o governo do estado, não pode ser um auxiliar útil da administração. Não convém mesmo que ela se sobrecarregue e fatigue seu espírito com pequenos assuntos de expediente, que podem inspirar-lhe o tédio da ciência de governo. (Op. Cit.,1867:10).

Embora o texto de Alencar tenha sido publicado em uma época bem anterior à qual estamos nos debruçando no presente trabalho, percebemos que já era de muito tempo que a

insatisfação que o destino dos negócios políticos do Brasil estivesse em mãos femininas. Mattos (2012:26) coloca as representações na imprensa para esse momento:

O jornal O Mequetrefe publicou, em julho de 1887, uma charge em que D. Isabel agia como estadista ao mesmo tempo em que cuidava dos assuntos domésticos, dando a entender que a regente não percebia – ou não queria perceber – a trama política ao seu redor. A intenção era pôr em dúvida sua capacidade de governança. E mais: sutilmente, o jornal questionava a presença de mulheres em assuntos de âmbito público, postura bastante comum na época. A princesa imperial sofria constantes ataques de parte da imprensa, que a retratava como submissa ao seu marido, conhecido pejorativamente como “o francês”. De forma inclemente, o jornal O Pharol afirmava, em 5 de junho de 1888, que “ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar os desejos do marido”. As ácidas palavras do texto enfatizam a questão da submissão feminina. Não se faz alusão clara a questões políticas, econômicas ou sociais. O artigo busca desqualificar D. Isabel a partir de sua “frágil condição feminina”. Na mesma linha, o jornal Gazeta Nacional se transformou num dos maiores críticos da monarquia e de sua possível futura imperatriz. Em artigo datado de 4 de dezembro de 1887, volta a destacar a fragilidade feminina e a religiosidade extremada de D. Isabel.

São dois pontos negativos na figura da herdeira do trono: o gênero e a religiosidade. Ao menos no discurso do jornal abordado o debate sobre a presumível ineficiência da monarquia ou porque o regime republicano pudesse encaminhar o país nos trilhos da modernidade. Era basicamente uma questão do novo Chefe de Estado ser homem ou mulher. A religiosidade é outro aspecto que D. Isabel precisava ser desmerecida, já que para o autor ela não passava de uma carola, não era basicamente uma mulher religiosa. Para o autor a diferença consistia em que uma pessoa religiosa é uma pessoa sisuda³, e no caso seria que a Princesa “festava” enquanto D. Pedro II convalescia.

D. Isabel por diversas vezes em 1888, assumiu um papel incisivo na propaganda abolicionista. Adornava o vestido e enfeitava os salões com camélias brancas – a flor símbolo do abolicionismo –, promovia concertos beneficentes para angariar fundos para a emancipação e descontentava cada vez mais a classe política brasileira. Muitos diziam que a Princesa transformou o Palácio Imperial em uma espécie de quilombo, recebendo e escondendo negros fugidos, em um esquema com a participação de André Rebouças, João Clapp, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. (SILVA, 2003). Rui Barbosa criticava esse ato dizendo que a Regente realizava o acoitamento de negros.

³ Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, uma pessoa sisuda seria aquela que age com moderação, prudência.

No discurso proferido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1888, Silva Jardim criticou a Princesa por ter acoitado os negros no Palácio quando ela poderia por simples vontade libertar todos os escravos do cativoiro (1978:208). Eduardo Silva (2003) comenta a visão simplista do propagandista republicano, quando os destinos da abolição não estavam apenas nas mãos da coroa. José do Patrocínio viu com entusiasmo a participação da Princesa, uma mulher, dentro do movimento abolicionista. Para Silva Jardim, se tratava de uma imoralidade e uma leviandade. Chamava a Regente de festeira, ao fazer atividades que em sua concepção eram pueris e que de nada serviam, além de retirar a mulher de seu espaço obrigatório: o lar. Diz Silva Jardim:

Mas quando estes, para a moral do povo, verdadeiros escândalos, partem daquela que nos promete governar, não é justo que se lhe diga que os brasileiros são homens sérios, e repreenderiam suas esposas por graças e brinquedos deste jaez? Que, portanto, homens sérios, querem ser seriamente representados, e não por quarentonas que desconhecem a própria idade, o próprio sexo, a própria posição?... *Batalha de flores!* Cuidado, Senhora! Que estas flores não se vos tornem demasiado encarnadas, que elas não vos tornem vermelhas! (1976:82).

Segundo Silva (2003), parece que as camélias brancas incomodavam muito a Silva Jardim. A ostentação do símbolo abolicionista por parte de D. Isabel foi visto como uma atitude escandalosa, além dela ter refugiado negros fugidos.

A princesa, até então uma jovem senhora educada, religiosa e discreta, manifestou-se abertamente abolicionista, cercou-se de gente abolicionista e rompeu com todas as conveniências políticas da neutralidade. Que ninguém se engane com aquele ar doce e maternal de certa iconografia, a jovem princesa tinha opiniões fortes. Sua intervenção na vida política com essas “camélias do Leblon” e as batalhas de flores simplesmente pôs por terra o Ministério conservador, que justamente, lutava com as maiores dificuldades para combater a agitação abolicionista e/ou republicana. A comoção foi enorme porque todo mundo conhecia a simbologia das flores. André Rebouças anotou em seu diário íntimo, no mesmo dia, como que deslumbrado: “12 de fevereiro. Primeira batalha de flores em Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I”. André Rebouças sabia o significado imenso daquelas camélias. [...] depois da batalha de flores e das camélias do Leblon, a princesa tomou as rédeas da história e fez-se rainha antecipada, era já Isabel I, a Redentora. (SILVA, 2003:36).

E tais atitudes desagradaram a muita gente e parece que ao nosso redator também. Em nenhuma linha se refere ao processo abolicionista, a atuação da então Regente do Império. Apenas uma crítica a uma beata festeira. Nesse ínterim de considerá-la uma despreparada, o autor do texto afirma que a Princesa não possuía nenhum tipo de instrução para desempenhar os seus papéis. Para determinados círculos políticos brasileiros, a Inglaterra era o modelo político a ser seguido, e a Rainha Vitória I, a fonte de inspiração para a Princesa. (DAIBERT JR., 2004). Entretanto, para Calmon (1941), D. Isabel jamais iria querer ser uma governante parecida com a soberana britânica.

D. Isabel fazia questão de mostrar-se como católica, e não tinha medo de tecer críticas ao comportamento do Imperador através das inúmeras cartas trocadas. Para Foucault (2006), escrever cartas é uma maneira de se expor, de fazer aparecer sua própria imagem perto de outra pessoa. Através de uma carta, o remetente oferece ao destinatário, a maneira como enxerga a si mesmo. Segundo Daibert Jr. (2004), essa ligação de D. Isabel com os setores religiosos poderia ser um bom veículo de propaganda e sustentação do Terceiro Reinado. Para ele, a religiosidade da Princesa não significava despreparo ou alienação, só não condizia com a expansão do anti-clericalismo do século XIX.

Ela era uma mulher devota, consciente de seu papel enquanto futura Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil. Seu abolicionismo unia fatores religiosos e políticos. Primeiro porque a Igreja através de sua Doutrina Social passa condenar a escravidão. Segundo Vieira (1989), quando a Princesa ainda era adolescente, questionou às suas aias de que forma os escravos africanos chegavam ao Brasil; quando soube disse que um homem que praticava tal ato não deveria ser um verdadeiro cristão. Depois, seria uma forma de construir uma imagem de uma soberana em consonância com a aspiração nacional. Restava à Princesa, após a abolição construir o caminho para o reinado efetivo.

D. Isabel jamais seria aquilo que poderíamos considerar uma defensora dos ideais feministas, pelo contrário, censurou o pai quando este visitou a escritora George Sand, pseudônimo da francesa Aurore Dupin, em 1872. A Princesa considerava aquela mulher fora dos padrões católicos, uma imoral, apesar de reconhecer-lhe o talento literário. (DAIBERT JR., 2004).

A religião era uma espécie de óculos pelos quais Isabel olhava o mundo. Certa vez, ela censurou D. Pedro II por ter visitado uma sinagoga na Europa. Também implicou com sua visita à escritora George Sand (1804-1876), a quem considerava imoral. Sand era uma precursora do feminismo, defensora de idéias socialistas, famosa por suas roupas masculinas e seus casos amorosos. Uma figura bem diferente daquelas por quem, desde a infância, Isabel demonstrava admiração e devoção, como os reis e rainhas canonizados pela Igreja Católica. São Luís de França e Santa Isabel, fosse a de Portugal ou a da Hungria, eram seus modelos. Em Caxambu, a princesa

iniciou a edificação de uma igreja consagrada a Santa Isabel de Hungria. Em sua primeira viagem à Europa, fez questão de beijar as mãos de Santa Isabel de Portugal, cujo corpo encontrava-se preservado em um caixão. E conforme antiga tradição católica, além de comemorar seu próprio aniversário de nascimento, a princesa também celebrava e recebia presentes nos dias dedicados às duas santas suas homônimas e de quem descendia. (DAIBERT JR., 2012:)

Podemos discordar de Barman (2005) quando ele afirma que a Princesa teve uma existência subordinada, explorada e limitada, que o seu gênero tivesse impedido o desenvolvimento de um senso crítico para os negócios públicos. Ser mulher não a impediu de construir uma visão política, mesmo que tenha sido por convicções religiosas. Como diz Mesquita (2008), ela circulou nos mundos feminino e masculino, público e privado como exigiam sua posição social e suas atribuições de herdeira do trono. Enfrentou todas as contradições que seu papel exigia – seja entre os valores católicos e a permanência de normas culturais ou com os ideais de progresso e da modernidade.

Esse fervor religioso da Princesa, alvo de inúmeras críticas durante os anos finais da monarquia abre um precedente importante dentro da história política, já que para Aline Coutrot (2005:332), as forças religiosas devem ser pensadas como parte de uma explicação política em diversos segmentos. Portanto, ao nos debruçarmos sobre a diversidade de discursos acerca do perfil da então futura soberana do Brasil nos deparamos como um periódico editado no interior do sertão nordestino reagia à possível ascensão dessa mulher devota.

E o problema estava justamente em uma mulher ter caído “acidentalmente” como herdeira do trono. Os dois irmãos faleceram ainda crianças e a ela coube o destino de ser a futura Chefa de Estado da única Monarquia da América do Sul. Foi inserida dentro do universo preponderantemente masculino do qual não poderia ser vista como além de uma intrusa. Estando debaixo de uma sociedade patriarcal, era imaginado que a futura Imperatriz reinaria tutelada pelo marido, o que acalentava outro problema para um Terceiro Reinado.

“Felizmente, no Brasil não há quem goste desse homem”

O Conde d’Eu

O Conde d’Eu é um francês enxotado da França, porque a família a que ele pertence fez muito mal àquele país. Não é uma família real, é família de usurpadores, príncipes que andam a tomar o lugar de outros príncipes ou dos

cidadãos. Era um tenente quando arranjou esse casamento com a filha do Imperador e ganhou importância. É um homem feio, surdo, muito atrapalhado, veste-se mal, fala errado, muito grosseiro, muito carola e muito aristocrata. Às vezes quer se fazer de democrata, mas ofende logo as pessoas com quem conversa. É muito sovina; é público que aluga cortiços a gente pobre e mete-se por detrás da cortina em um grande número de negócios que o tem enriquecido. Depois do dinheiro, a coisa que o Conde d'Eu mais gosta, é da guerra, não para combater, porque não se deixa ferir, mas para subir de posto e ganhar fama de valente. Se ele governar, teremos guerra logo: no conselho do imperador, ele votou para que a questão das terras das Missões se decidisse por uma guerra. Os soldados não o apreciam porque é muito cruel. Felizmente, no Brasil não há que goste desse homem, que, sem mais nem menos, quer ser o nosso Imperador.

A figura do futuro Imperador Consorte⁴ não parecia nada amistosa aos olhos do autor do texto. Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, o Conde d'Eu era o filho mais velho de Luís Rafael, Duque de Nemours e da Princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha, portanto, neto de Luís Felipe I da França. Nascido em Neully-sur-Seine, viveu na França até 1848, quando o avô foi derrubado pela Revolução, indo morar na Inglaterra.

A escolha no Conde d'Eu, segundo Daibert (2004), pareceu ser a mais acertada já que ele trazia a marca de ser neto do monarca francês que acabou com o absolutismo na França. A Imperatriz D. Amélia ainda aconselhou que D. Pedro II desse ao genro o título de Duque do Rio de Janeiro, para afastar do genro todo o símbolo estrangeiro que existisse nele, entretanto o Imperador recusou acatar essa recomendação. (LACOMBE, 1990). O estrangeirismo ainda não era um problema no Brasil da época, e o monarca desejava manter um aspecto de simplicidade ao regime. (DAIBERT JR., 2004). O monarca poderia querer dar um perfil burguês ao império tropical, mas ainda diferia em muito da Europa já que a nossa base de trabalho ainda era o elemento servil negro. (SCHWARCZ, 1999).

Mas no decorrer dos anos, a figura simpática foi completamente abandonada, sendo que em muitos lhe era completamente hostil. O próprio Imperador não queria ver a participação do genro nos assuntos de Estado. De acordo com Barman (2005), o monarca em sua condição

⁴ As monarquias ibéricas possuíam um aspecto bastante peculiar no que diz respeito aos maridos das soberanas. Através de uma tradição advinda desde o período medieval, o esposo da monarca receberia o título de Rei a partir do momento em que a Rainha concebesse o primeiro filho. Em Portugal, com D. Maria I, seu tio-esposo tornou-se D. Pedro III, e posteriormente, com D. Maria II, seu terceiro esposo acabou sendo D. Fernando II. Na Espanha, em um exemplo mais recente, D. Isabel II, após o casamento, o marido tornou-se D. Francisco I de Espanha. A monarquia brasileira, herdeira das tradições ibéricas, manteve o mesmo aspecto, afirmando no artigo 120 da Constituição, que o marido da Imperatriz terá o título de Imperador logo após que a soberana conceber um rebento, mas que ele não teria parte nos assuntos do governo.

varonil reconhecia no Conde d'Eu a figura natural de conselheiro privado da filha, mas acreditava que sendo ela a futura soberana, não deveria deixar transparecer a participação do marido em assuntos políticos. Era a demonstração da desconfiança de um Terceiro Reinado influenciado pelas intromissões de um estrangeiro (VIEIRA, 1989).

Passado a Guerra do Paraguai, a monarquia entrou em seu processo de declínio político, e a figura do Príncipe Consorte passou a ser cada vez mais segregada do espaço político nacional. Quando o Clube Republicano foi fundado em 1870, a Princesa Imperial e o seu consorte eram os alvos prediletos. De acordo com Barman (2005), o casal era um bode expiatório perfeito, e foi usado constantemente para culpar os problemas pelos quais o Brasil passava. Mas nesse aspecto, as injúrias destinadas ao príncipe eram cada vez mais ferozes: a surdez passou a ficar mais acentuada à medida que a idade avançava, e o sotaque sempre fazia lembrar a todos que era um estrangeiro e por isso era sempre tratado como “o francês”.

Como percebemos no texto, a depreciação do conde d'Eu já começa pelas suas origens: sendo um Orleans, neto do próprio Luís Felipe e que tanto chamou a atenção de D. Pedro II, é visto como usurpadores, já que o avô do Príncipe se tornou Rei dos Franceses após a derrubada de Carlos X; e o avô de Luís Filipe, o Felipe Igualdade, foi um dos que votou pela execução de Luís XVI. Por mais que o republicanismo brasileiro fosse influenciado pelas idéias francesas, ele se usa dos embates legitimista *versus* orleanista⁵ para desmerecer, como se fosse um príncipe de uma dinastia sedenta por coroas.

A carreira na Guerra do Paraguai lhe rendeu uma diversidade de sentimentos, ora simpáticos, ora hostis⁶. O conde d'Eu iniciou foi servir no exército espanhol quando completou dezesseis anos, graças à influência do tio, o Duque de Montpensier. Destacou-se no serviço militar daquele país durante a Guerra do Marrocos, desligando-se quando foi lhe apresentado a idéia de se casar com uma das filhas do Imperador do Brasil. (RANGEL, 1934). E, ainda por cima, surgiam boatos de que explorava cortiços no Rio de Janeiro (CARVALHO, 2007), algo que seus biógrafos afirmam que não passavam de mentiras disseminadas para desmerecer a figura do futuro Imperador Consorte.

⁵ A questão dinástica francesa permaneceu enquanto monarquistas defensores dos Bourbons derrubados em 1830 consideravam os Orleans enquanto usurpadores. Após a morte de Carlos X seguiram-lhe como pretendentes ao trono francês, seu filho (Luís, duque de Angouleme) e depois pelo neto (Henrique, conde de Chambord). Com a morte de Chambord sem herdeiros em 1883, a maior parte dos legitimistas franceses passaram a apoiar a figura de Felipe, conde de Paris, neto de Luís Felipe e sobrinho do conde d'Eu.

⁶ Em nossa historiografia ficou famosa a tese sustentada por Júlio José Chiavenato de que após a Batalha de Acosta-Nú, o conde d'Eu teria mandado atear fogo no capim seco, onde se encontravam soldados paraguaios feridos. Para o historiador Francisco Doradioto (2010:418) a idéia de Chiavenato não se sustenta, já que foram os próprios paraguaios que atearam fogo no capim, e antes do término do conflito o Príncipe ameaçou por diversas vezes abandonar o banho de sangue, entretanto, o desenrolar da guerra servia como pano de fundo para o conflito de poder entre liberais e conservadores.

É interessante que decididamente, para alguns, a Monarquia brasileira não apresentava perspectivas favoráveis. E o parágrafo sobre o Conde d'Eu encerra dizendo que “algumas pessoas, muito poucas, por interesse, por medo sem motivo da república, ou por um resto de amizade à monarquia, não querendo D. Isabel, nem o Conde d'Eu para governar o Brasil, têm pensado que a coroa deve ser dada ao príncipe D. Pedro.”

Nesse processo de descrédito do casal principesco, diversos setores que ainda resistiam à idéia de uma república buscavam diversas possibilidades dentro dos Braganças disponíveis, entretanto, nem os filhos de D. Isabel ou os filhos de D. Leopoldina atendiam a esses anseios (VIANA, 2004). D. Pedro Augusto, filho de D. Leopoldina, irmã mais nova da Princesa Imperial era tido como um jovem, bonito e inteligente, que estava profundamente empenhado imagem da tia. (PRIORE, 2007). No início da moléstia do Imperador, cogitava-se na sua substituição em favor do neto. Mas nem D. Isabel e nem D. Pedro, em novembro do mesmo ano, toda a família era banida do território brasileiro após o golpe republicano.

REFERÊNCIAS

Periódicos

SÃO FRANCISCO (08/08/1889) – Biblioteca Pública Epifânio Dorea

Fontes impressas

AFONSO CELSO, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Conde de. **Oito anos de parlamento**. Brasília: Senado Federal, 1998.

ALENCAR, José de. **Uma these constitucional**: A Princesa Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1867.

ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo**: O Estadista da Abolição. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil**: Gênero e Poder no Século XIX (tradução de Luiz Antônio Oliveira Araújo). São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: Das origens à 1889. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

CALMON, Pedro. **A Princesa Isabel: a “Redentora”**. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In: CAROSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: A elite política imperial/Teatro de sombras: A política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **D. Pedro II: Ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Série Perfis Brasileiros).

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

DAIBERT JR., Robert. Entre o trono e o altar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n.80, p. 22-25, maio 2012.

_____. **Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru: Edusc, 2004.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ESTRADA, Osório Duque. **A Abolição**. Brasília, Senado Federal: 2005.

FALCON, Francisco. História e Poder. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 5. ed. São Paulo: Campus, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. Silva Jardim. In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O retorno da História Política. **Estudos Históricos**. vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade e política. In.: MOTTA, Manoel de Barros (Org.). **Coleção Ditos e escritos**. Vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**. Discursos, opúsculos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia: Escravos, Operários e Abolicionismo na Corte**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

LACOMBE, Lourenço Luiz. **Isabel, a Princesa Redentora**. Petrópolis: IHP, 1989.

LYRA, Heitor. **História da Queda do Império**. Tomos I e II. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Augusto Oliveira. Sempre na berlinda. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n.80, p. 26-29, maio 2012.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: FGV/EDUR, 2007.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado. In: **XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades**. Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em:

<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABELEAESCRITADESI-ANPUH.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

_____. **O “Terceiro Reinado”**: Isabel de Bragança, a Imperatriz que não foi. Vassouras. Dissertação (Mestrado em História Social): Universidade Severino Sombra, 2009.

_____. Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel? **Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra**. Vassouras, 2008. Disponível em:

<http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Maria_Luiza_Quem_tem_medo_do_terceiro_imperio_ou_por_que_nao.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. **Textos de História**, v. 15, p. 93-107, 2007.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História:** Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROIRE, Mary del. **O príncipe maldito:** traição e loucura na família imperial. São Paulo: Objetiva, 2006.

RANGEL, Alberto. **Gastão de Orleans:** o último conde d'Eu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a Abolição da escravatura:** uma investigação de História Cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império.** Brasília: Senado Federal, 2004.

VIEIRA, Hermes. **Princesa Isabel:** Uma vida de luzes e sombras. São Paulo: GRD, 1989.